

ANO XX N. 72 2/5/2022

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

### [PORTARIA GP N. 132, DE 27 DE ABRIL DE 2022](#)

Constitui grupo de trabalho para a realização do concurso público para provimento de cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Tribunal.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 29/4/2022, p. 21)

### [ORDEM DE SERVIÇO GP N. 1, DE 27 DE ABRIL DE 2022](#)

Altera a Ordem de Serviço GP n. 2, de 22 de abril de 2020, que estabelece orientações e procedimentos para averbação de cursos e ações de treinamento para fins de Adicional de Qualificação (AQ), no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 29/4/2022, p. 21-22)

### [ORDEM DE SERVIÇO GP N. 2, DE 22 DE ABRIL DE 2020\\*](#)

Estabelece orientações e procedimentos para averbação de cursos e ações de treinamento para fins de Adicional de Qualificação (AQ), no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 29/4/2022, p. 22-25) \*Republicação

## CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

### [ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP N. 33/2022](#)

Institui equipe de planejamento da contratação destinada a conduzir as ações necessárias ao planejamento e à eventual contratação de solução para disponibilização de conteúdo digital por totem na Justiça do Trabalho – epcTotem.

(DEJT/CSJT, Cad. Adm. 29/4/2022, p. 1-2)

### [ATO CSJT.GP.SG N. 45/2022](#)

Designa os integrantes do Comitê de Gestão Documental e Memória da Justiça do Trabalho.

(DEJT/CSJT, Cad. Adm. 29/4/2022, p. 2-3)

[RESOLUÇÃO N. 455, DE 27 DE ABRIL DE 2022](#)

Institui o Portal de Serviços do Poder Judiciário (PSPJ), na Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br), para usuários externos.

(DJe/CNJ 2/5/2022, p. 1-5)

[RESOLUÇÃO N. 456, DE 27 DE ABRIL DE 2022](#)

Altera a Resolução Conjunta CNJ/CNMP n. 3/2013, que institui o Modelo Nacional de Interoperabilidade do Poder Judiciário e do Ministério Público e dá outras providências

(DJe/CNJ 2/5/2022, p. 6)

[RESOLUÇÃO N. 457, DE 27 DE ABRIL DE 2022](#)

Altera as Resoluções CNJ n. 203/2015, que dispõe sobre a reserva aos negros, no âmbito do Poder Judiciário, de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na magistratura e 75/2009, que dispõe sobre os concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura em todos os ramos do Poder Judiciário nacional, respectivamente.

(DJe/CNJ 2/5/2022, p. 6-8)